

Sumário

Introdução

Capítulo I – Poder Constituinte

Capítulo II – Estado Constitucional Democrático de Direito

- 2.1 A Constituição como norma ou lei do Estado
- 2.2 O Estado Democrático de Direito
- 2.3 A vinculação do poder público e dos indivíduos à ordem jurídica constituída

Capítulo III – Os Direitos e as Garantias Fundamentais: a Teoria do Garantismo Penal

- 3.1 O que são Direitos e Garantias Fundamentais
 - 3.1.1 Conceito
 - 3.1.2 Natureza jurídica
- 3.2 O significado do garantismo penal
- 3.3 Elementos do garantismo penal
- 3.4 Âmbito de incidência do garantismo penal

Capítulo IV – Os Princípios Constitucionais do Processo Penal Relativos à Investigação

Criminal Direta do Ministério Público

- 4.1 O Princípio do Devido Processo Legal
- 4.2 O Princípio do Contraditório
- 4.3 O Princípio do Promotor Natural
- 4.4 O princípio do ônus da prova na ação penal condenatória
- 4.5 O princípio da publicidade dos atos processuais
- 4.6 O princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos

Capítulo V – Origens do Ministério Público

- 5.1 Breve esboço histórico
- 5.2 O Ministério Público no Brasil
- 5.3 O Ministério Público nas constituições anteriores
- 5.4 O Ministério Público no direito comparado
 - 5.4.1 O Ministério Público na Espanha
 - 5.4.2 O Ministério Público na Itália
 - 5.4.3 O Ministério Público na França
 - 5.4.4 O Ministério Público em Portugal
 - 5.4.5 O Ministério Público na Inglaterra e em Gales
 - 5.4.6 O Ministério Público na Argentina

Capítulo VI – As Funções Institucionais Penais do Ministério Público na Constituição Atual

- 6.1 O princípio da obrigatoriedade e a privatividade da ação penal pública
- 6.2 Atribuição de expedir notificações nos procedimentos administrativos
- 6.3 Atribuição de exercer o controle externo da atividade policial
- 6.4 Atribuição de requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquéritos policiais
- 6.5 Vedação de exercer outras funções incompatíveis com sua finalidade

Capítulo VII – Os Sistemas Processuais Penais

- 7.1 Noções gerais
- 7.2 Sistema acusatório
 - 7.2.1 Noções gerais
 - 7.2.2 Conceito
 - 7.2.3 Características
- 7.3 Sistema inquisitivo
- 7.4 Sistema misto ou formal

Capítulo VIII – Poder Investigatório do Ministério Público

- 8.1 Posição da doutrina nacional
- 8.2 Posição da jurisprudência
- 8.3 Os poderes inquisitórios do Juiz diante do sistema acusatório vigente no Brasil
 - 8.3.1 Lei de Falências – Decreto-lei nº 7.661/1945 (revogado pela Lei nº 11.101/2005)
 - 8.3.2 Lei de Economia Popular – Lei nº 1.521/1951
 - 8.3.3 Lei do Crime Organizado – Lei nº 9.034/1995
 - 8.3.4 Lei de Interceptação Telefônica – Lei nº 9.296/1996
 - 8.3.5 Código de Processo Penal e o sistema acusatório
 - 8.3.5.1 Art. 5º do CPP
 - 8.3.5.2 Art. 13 do CPP
 - 8.3.5.3 Art. 18 do CPP
 - 8.3.5.4 Art. 26 do CPP
 - 8.3.5.5 Art. 39, § 4º, do CPP
 - 8.3.5.6 Art. 211 do CPP
 - 8.3.5.7 Art. 241 do CPP
 - 8.3.5.8 Art. 311 do CPP
 - 8.3.5.9 Art. 385 do CPP
 - 8.3.5.10 Art. 413 do CPP

Capítulo IX – Conclusão

Bibliografia